

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! É preciso renovar os processos pedagógicos e a organização das escolas.¹

Joaquim Azevedo²

Alcançado o objetivo de trazer todos os portugueses à escola, estamos muito bloqueados e perdidos em torno do passo seguinte: proporcionar a cada uma e a cada um dos cidadãos um percurso de educação e formação de qualidade. Este passo requer, desde logo, outra análise, exige outro horizonte e apela a novas práticas sociais e educativas.

Somos muito lesto a usar a arma legal da obrigatoriedade de frequência escolar, ou seja, a fazer parte fácil. Todavia, além da violência que isso representa sobre os cidadãos, impedindo-os de fazer o que quer que seja de diferente, desde que nascem até aos 18 anos, esta política pública coloca o ónus sobre cada cidadão e não sobre as instituições que o servem. Portanto, se não estudam, se não se interessam, se não estão motivados, se não querem aprender o que lhes queremos ensinar, o problema é sempre deles e a solução é sempre a mesma: têm de estar presos dentro as escolas, nem que seja para seguir aulas que pouco ou nada lhes dizem. E se o problema não é apenas deles, passa para os pais e para o meio envolvente, que não valorizam devidamente a sacrossanta educação escolar.

Pergunto-me muitas vezes, ao olhar atualmente muitos dos nossos adolescentes nas escolas, de mãos nos bolsos e de olhar perdido, como há poucos dias em Cinfães (do Douro), se temos realmente consciência do tipo de arrogância e violência que sobre eles estamos a exercer, impedindo-os de seguir um caminho de maior realização pessoal e sócio-profissional. Sim, será em nome de um bem maior, dizem! Mas que bem é esse que os faz sofrer tanto?

Esta política pública, que teima em colocar-se no centro, auto-referenciada sobre os seus programas e formulações burocráticas e acrobáticas, imperceptíveis à generalidade dos cidadãos, não ouvindo ninguém, nunca é a responsável por criar as oportunidades necessárias de realização de percursos pessoais de aprendizagem e de desenvolvimento para cada adolescente. Estes é que são responsáveis por estranhamente não aderirem à beleza resplandecente das propostas uniformes, estandardizadas, impostas a todo o território pelos serviços centrais do MEC e por iluminados governantes que consideram, por exemplo, que o que os promove a todos e a cada um é a realização dos mesmos exames nacionais, às mesmas disciplinas, desde o 12º ano até ao pré-escolar.

Quando as elites deixam de abraçar o diferente e sobretudo o mais aflito, criando vários cordões imunitários à sua volta, só podem seguir o caminho da esterilidade e da decadência (L. Bruni).

Temos um grande caminho a fazer nas próximas décadas seja para destruir esta visão auto-referenciada, arrogante e narcísica da política pública de educação, seja para centrar em cada AE/Escola a capacidade de construir com os adolescentes, cada um deles, estes caminhos de aprendizagem e desenvolvimento, exigentes e viáveis, seja

¹ Comunicação apresentada na Conferência EPIS-Empresários pela Inclusão Social, sob o tema “Escolas de futuro”, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, a 17 de março de 2015.

² Professor da Universidade Católica Portuguesa-Porto

ainda para tornar os seus professores e diretores profissionais mais autónomos e responsáveis por fazerem bem feito o que é preciso ser feito.

Se este horizonte político reclama um outro modelo de administração escolar, tema que abordaremos no painel seguinte, com ex-governantes, reclama também um outro olhar sobre a capacidade de os professores e as escolas fazerem a diferença. Esta mania de transferir para as famílias e para a sociedade as culpas da ineficácia escolar não nos leva a lado nenhum, a não ser a promover, sob esta capa desculpabilizante, uma escola pública profundamente desigual e altamente seletiva. Também é estéril todo o tipo de fantasias que fazemos recair sobre os alunos: ah, se eles ao menos estudassem em casa, com apoio dos pais! Ah, se eles ao menos estivessem calados e atentos nas aulas! Ah, se pelo menos eles se mostrassem minimamente motivados para aprender e preparar o futuro! Ah, se pelo menos tivessem boas bases e dominassem o Português! Estas premissas não passam se formas de nos afastarmos deles, de evitarmos a relação, de criarmos nós também, cordões imunitários!

De outro modo, para a educação escolar em Portugal funcionar bem e com processos eficazes e com bons resultados, os alunos que temos por diante deveriam ser outros. Pois é, mas não são! São estes e é com estes e não fugindo em direção a outros, imaginários, que cumprimos o nosso papel de profissionais de ensino e de instituições de educação.

Por mais difícil que isso seja e por mais que nos custe aceitar, é com estes que temos de trabalhar, com todos e com cada um, incluindo isso mesmo, os que andam de mãos nos bolsos e os que rejeitam esta escola que lhes oferecemos e que não querem estudar o que lhes propomos e do modo como o fazemos. Para alguns professores e diretores há uma outra solução: não é preciso fugir deles e da sua complexidade, eliminam-se; elimina-se esta diferença e esta complexidade e deixam-se 25% de entre os jovens portugueses pelo caminho. Assim, com os que restam, “já se pode trabalhar”, como dizemos frequentemente.

Caros amigos, está mais do que esclarecido, por anos e anos de investigação e de ação, que os professores e as escolas fazem a diferença. Não há como fugir a esta evidência e a esta responsabilidade. E se podem fazer, devem fazer. O imperativo ético e humanista que subjaz à educação escolar a isso obriga; essa será a contrapartida mínima a colocar em cima da mesa social, face à imposição pública da obrigatoriedade de frequência escolar até aos 18 anos.

Trabalho nas e com as escolas há muitos anos e aprendi a perceber que a cultura local predominante, desde os pais aos alunos e às expectativas de ambos face à educação escolar, não é muitas vezes a mais favorável à “gramática escolar”; tudo isso deve ser tido em conta, mas estabelecido esse ponto de partida, é preciso apenas enfrentar a realidade tal como é e não como desejaríamos que fosse. Também sei bem que as políticas públicas de educação, impostas pela administração central e replicadas localmente, sob a ameaça dos “verificadores da conformidade”, também tolhem e muito a nossa inteligência, vontade e até os projetos e as ações que construímos. É verdade, mas este é também um outro dado da realidade que nos compete, como profissionais, conhecer e combater³.

³ O reconhecimento público da nossa atividade profissional só será conquistado (depois de tantos ataques desnecessários) se e quando formos capazes de exigir publicamente um modelo de administração da educação que valorize e apoie o desenvolvimento do nosso saber profissional.

De facto também conheço e reconheço o quanto os professores e diretores dos AE/Escolas fazem já a diferença, com muitas dificuldades e desamparo e com muita competência, persistência e esperança. Acompanho escolas extraordinárias e diretores extraordinários, verdadeiras heroínas e heróis, no sentido de Camus, que considera heróis e heroínas “gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência”. É bem isso que acontece e é isso mesmo que tem de acontecer generalizadamente.

Então, conscientes de que é preciso apoiar todos os esforços sociais e políticos para apoiar as famílias e combater a pobreza que cresce e se instala em Portugal de modo tão preocupante, e conscientes de que temos de lutar por uma urgente reformulação da administração educacional, que potencie e não mate todos os nossos esforços e bons resultados já alcançados, confiando em nós, só nos pode restar desempenhar bem o nosso papel com quem está diante de nós e nos olha nos olhos, desejosos de crescer e de ser!

Por isso vos quero dizer e repetir:

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! Este é o grande desafio das políticas públicas de educação e formação dos próximos vinte anos. Na verdade, esta geração que trouxe cem por cento dos portugueses ao pelotão da escolarização ainda não pode descansar sobre as conquistas alcançadas. Detectadas falhas nas aprendizagens e perturbações no desenvolvimento, é preciso atuar de imediato, a começar no 1º e no 2º ciclos. A verticalização das escolas agrupadas pode ser aproveitada neste sentido, com muitos benefícios.

O Projeto EPIS é um bom exemplo de propostas muito estruturadas e avaliadas de trabalho socioeducativo junto dos professores, alunos e sobretudo junto das famílias, procurando desbravar futuros lá onde tudo parece fatal e fechado, em torno da “exclusão silenciosa” que as escolas praticam. Os projetos Fénix e Turma Mais são, entre muitos outros, bons exemplos do que se deve fazer em termos pedagógicos: colocar a competência profissional dos professores a recuperar de imediato os atrasos escolares, sem criar estigmatizações. Mas criando outros tempos escolares com mais tempo pedagógico, acolhendo ritmos muito diferenciados, criando outros modos de ensinar, por exemplo com mecanismos de feedback contínuo e positivo, com Conselhos de Turma realmente dedicados ao acompanhamento formativo, num trabalho que tem de ser mais e mais de equipas de professores.

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! É preciso que as escolas construam no seu seio, sem esperar que isso seja imposto pela A. Central, percursos escolares adequados para e com os alunos que não se entendem nesta “gramática” e se perdem no meio da beleza do “mainstream”; este é apenas uma proposta, não é um dogma decorrente de uma qualquer revelação divina. E estes percursos diferenciados não têm que ser “soluções curricularmente pobres para pobres”, mas propostas curricularmente enriquecidas, com o apoio dos melhores professores das escolas. É preciso motivar, prender os olhos que nos olham, ativar as mãos que caem para dentro dos bolsos, nem que seja em workshops e oficinas da escola ou da comunidade, e isso requer por vezes muita imaginação e implica sempre liberdade de ação, circundadas de rigor, método e avaliação. Construamos outros caminhos bem fundamentados, dentro dos limites legais de utilização dos recursos, e comuniquemos isso à tutela, sem mais. Peçamos o apoio das autarquias locais e de todas as instituições que possam apoiar a educação de todos os cidadãos. Nunca nos conformemos quando virmos alguma aluna e algum aluno a ficar (mais ou menos) silenciosamente pelo caminho!

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! De facto não basta tornar o nível secundário obrigatório! É preciso criar oportunidades educativas de qualidade para cada um. Há 25 anos criámos o ensino profissional, nesse corredor único, obscuro e para muitos irrespirável, de acesso ao ensino superior. Hoje é obrigatório continuar este esforço e criar outras oportunidades, porque hoje é esse o imperativo, porque hoje é obrigatório estarem todos na escola, nesse mesmo corredor ainda asfíxiante para uma parte deles, durante pelo menos três anos! E não nos esqueçamos que lá onde não for possível respirar...tudo é possível (incluindo a desistência, a violência, a indisciplina)!

Na maioria dos municípios portugueses é viável hoje (e cada vez sê-lo-á mais, por força da quebra demográfica) acompanhar cada um destes cerca de 90.000 adolescentes que iniciam anualmente o seu percurso escolar de nível secundário. Acompanhar, disse e repito, acompanhar e cuidar um a um, como já se começa a fazer em alguns municípios, pois eles são o nosso maior bem, o nosso tesouro, que vai a caminho do futuro. E o que não levarem lá dentro, bem perto do coração, não irá certamente lá chegar, a esse futuro no qual projetamos tantas esperanças (sem cuidar de entender que o principal desse futuro é o que já hoje vai nessa bagagem chamada educação...). Há sempre uma “outra” proposta educativa a fazer, não há jovens não educáveis e que recusem crescer, por menos encaixada no “mainstream escolar” que cada resposta seja, e isso cada escola tem de aprender a fazer, com o apoio da comunidade (como já se faz em muitos locais do país). Quanto aos alunos com Necessidades Educativas Especiais portadores de deficiência, importa dotar as escolas com capacidade de resposta adequada.

Se não há a autonomia que o MEC diz haver, que isso se denuncie organizada e publicamente. A indiferença perante os diferentes, isso é que não, é uma crueldade que nos irá sair cada vez mais cara!

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! Sabemos bem que o trabalho isolado de cada professor, na sua torre de marfim, não nos permite atingir este magno objetivo. Mas esta é a cultura instalada e muito bem amarrada, com fios de aço. Outro grande desafio para os próximos vinte anos, que exige muita determinação e que tem de ser edificado sobre relações de confiança: construirmos pequenos grupos de entreajuda, realizarmos projetos cooperativos que nos envolvam de tal modo que as práticas pedagógicas em sala de aula sejam pensadas e analisadas em conjunto, melhoradas por descobertas em comum, em processos locais de ação-investigação-ação. E divulgarmos aos nossos pares aquilo que fazemos.

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! Para isso é preciso que a educação escolar não seja um “aulário” e que os únicos grupos de alunos não sejam as turmas, rígidas, do princípio ao fim da escolaridade, de manhã até ao fim das aulas de cada dia. É muito fordismo dentro da escola, uma instituição que não faz os Ford T de há um século! Os alunos precisam de ser “acompanhados”, além de “ensinados”; podem aprender uns conteúdos ou métodos em grupos de 500 e outros em grupos de 5; podem necessitar de aulas ou sessões de trabalho de 4 horas ou de uma manhã ou uma tarde e sessões de trabalho muito curtas; podem ter aulas no início da manhã e grupos de trabalho, workshops e projetos mais para o fim de cada dia, mais vocacionados para o desenvolvimento de áreas de estudo, de “soft skills” e de competências específicas procuradas por grupos de alunos. Os diretores de turma podem ser, numa escola que acompanha as aprendizagens e o desenvolvimento, esteios de conhecimento e seguimento dos alunos, porventura reorganizados (não já por turma, mas) por ciclos e por grupos fixos de alunos, ao longo de vários anos.

Corremos o risco, como tenho dito, de transformar o 3º ciclo e o secundário num imenso e irrelevante ATL ocupacional. É preciso um novo tipo de liderança escolar e uma nova capacidade de reordenar a organização pedagógica das escolas, tornando-a mais solidária, mais profissional, mais eficaz e eficiente. O mundo mudou muito e a escola precisa de lhe fazer face, sob pena da sua relevância escolar ser hiperseletiva e destinada a uma pequena casta social e cultural, a que certamente dominará o mundo, mas mal.

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! Também é bem verdade que só o esforço de toda a comunidade conseguirá alcançar tal proeza social e humana. Mas tudo começa pequeno, este envolvimento requer que as escolas desçam do seu pedestal, sim do pedestal da arrogância autocentrada em que as políticas públicas a colocaram, e estabeleçam humildemente compromissos com outros atores sociais da comunidade e que se entrelacem com as autarquias municipais e com as Juntas de Freguesia, os eleitos locais.

A estes, às diversas instituições das comunidades locais, à administração central e aos governos temos de exigir a intervenção de outros profissionais. Há contextos onde o trabalho escolar requer a cooperação de outros profissionais, que podem estar fora das escolas, em especial junto das autarquias, em equipas locais multiprofissionais e polivalentes, mas que devem ter disponibilidade e capacidade para cooperar com as escolas, nomeadamente quando estas delas necessitam.

Nenhum aluno pode ser deixado para trás! Este propósito só se conseguirá alcançar com uma nova geração de professores qualificados, experientes, inovadores, profissionais autónomos e livres, que carecem do respeito do MEC e do carinho de toda a comunidade, profissionais que precisam de edificar um saber profissional cada vez mais “evidence based”, sustentado nos sucessos e nos fracassos colhidos na experiência, partilhados e refletidos. Um grande foco deve ser aqui colocado nas próximas décadas. E nenhum novo professor deveria continuar a ser formado nos moldes atuais, pois estamos a cavar muito fracos alicerces para que tão importante objetivo se atinja.

É mesmo necessário começar pelos alicerces, num trabalho ininterrupto de pelo menos trinta anos. Sugiro várias medidas: uma, a aplicar desde já, consiste em exigir média de 16 valores como média mínima de acesso aos cursos de formação de professores, captando mais talentos jovens e impedindo a persistência da trágica relação entre fracas médias de acesso e ingresso nos cursos superiores de formação de professores; criar um acesso condicionado à profissão, com tempos de estágio e de aprendizagem profissional; uma formação inicial em grande parte feita em serviço, em escolas anexas às instituições de formação, de modo a preparar os professores numa dada área do saber e a serem também capazes de fazer aprender e acompanhar grupos de alunos, não deixando nenhum para trás!

Finalmente... eu sei que nos preocupamos todos com isto, que já sabemos isto de cor, mas já agora vos queria deixar só mais três perguntas: porque é que deixamos pelo caminho aqueles que não queremos de modo nenhum deixar cair? Porque é que sendo a malha do tecido escolar tão frágil, não nos apetrechamos dos laços necessários para que a escola não seja tão desigual e reprodutora da pobreza e da injustiça? Porque é que não nos organizamos mais e melhor, entre professores e entre escolas, para consolidarmos e afirmarmos com eficácia o nosso saber profissional?

Temos uma tarefa nobre, imensa, uma missão quase impossível. Cada um *de per si*, cada escola *per se*, assim é que não.

JA
Março de 2015.